



A TERRA INVADE OS ASSENTADOS: A SUBJETIVAÇÃO COMO ATO POLÍTICO NOS ASSENTAMENTOS DOS MST

Tiago Tavares e Silva*

Qualquer coisa que a filosofia possa fazer para libertar um pouco nossa imaginação é de grande serventia política.

Richard Rorty

INTRODUÇÃO

No Brasil, depois de duas décadas de Regime Militar, novas formas de política começam a se desenhar no início dos anos 1980. A Lei de Anistia no ano anterior é um indício dessa reconfiguração a partir do enfraquecimento econômico, social e político dos governos militares. Outros valores passam a vigorar: no lugar de “ditadura”, de militares ou do proletariado, “democracia”. Era esse o fator de reorganização das esquerdas¹, de seus referenciais teóricos, mas, também componente do discurso da direita, de suas instituições oficiais, dos próprios militares na manutenção de alguns privilégios. A democracia era a própria lógica de funcionamento político no Brasil nos anos 1980.

Em torno desse ideal – democracia- se formam no decorrer de toda a década de 1980 os partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), as organizações sindicais nacionais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), a própria Constituição Federal e os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no qual se centra esse trabalho:

A opção desse aglomerado heterogêneo fundador do PT, que incluía muitos ex-membros da luta armada, grupos e teóricos marxistas, é claramente pela democracia, pelo jogo político aberto no espaço público burguês e não mais pela revolução. (KUCINSKI, 2001, p. 182)

Assim, nos anos finais do regime militar brasileiro, as famosas greves do ABC paulista mostravam não só a insatisfação popular com a ditadura, mais especificamente pelas demissões e cortes no salário devido às crises econômicas, mas também, em parte justamente por isso, sua fragilidade: as greves não enfrentaram grandes problemas com a repressão. O próprio sindicalismo reivindicava também mais autonomia perante o patronato, as estruturas empresariais. Nesse tempo de articulação do Partido dos Trabalhadores ocorreram grandes debates teóricos a respeito dos rumos das esquerdas depois das derrotas nas guerrilhas, como observa Bernardo Kucinski:

*Mestrando - Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tiagotavares@rn.gov.br.



Os intelectuais marxistas racharam. Um grupo liderado por Francisco Weffort, Chico de Oliveira e Florestam Fernandes, aderiu ao novo partido [que era o PT]. Outro sob a influência de Fernando Henrique Cardoso ficou de fora. Fernando Cardoso rejeitou a tese da autonomia operária, argumentando que se tratava de uma empreitada obreirista, que as relações políticas não se resumiam a relações de classe (...). Os trabalhistas, herdeiros do Getulismo e liderados por Leonel Brizola, tinham seu próprio projeto de partido, mas acabariam se aliando ao PT mais tarde. (KUCINSKI, 2001, p. 188)

Esse debate teórico visava renovação, afinal, o Brasil era visto como um país igual a duas décadas de ditadura (embora, esse tempo, mesmo tomando apenas o aspecto político e governista, não foi homogêneo. O AI-5 e o fim das guerrilhas mostram alterações significativas nos governos militares, cada uma em seu momento e em suas especificidades que não cabe explorar mais aqui, para ficarmos apenas nos exemplos mais óbvios).

A esquerda mundial também era vista como estática, paralisada no tempo e em decadência. Isso se deve às crises econômicas (e finais) da União Soviética, assim como sua instabilidade política na primeira metade dos anos 1980 até Mikael Gorbachev ser secretário-geral do PC em 1985, e à progressiva abertura da China ao mercado capitalista.

Com relação à questão agrária brasileira, no período de 1979 a 1983, várias ocupações de terra ocorreram em movimentos dispersos até que, em 1984, em Cascavel, no Paraná, durante o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, suas lideranças se organizam enquanto um movimento nacional, o MST. Nascido entre a crise final do socialismo de Estado nos moldes soviéticos, o enfraquecimento da Ditadura Militar e o início de uma nova esquerda, em torno do PT e com base teórica em Antonio Gramsci².

Havia, então, uma procura pelo novo no Brasil, tanto por processos internos quanto por uma macroestrutura em escala global, notadamente o desgaste do regime comunista. O enfrentamento político, a defesa de interesses se reafirmava em uma nova linguagem. Essa linguagem política, no sentido mais amplo do termo, identificava as reivindicações de quem fazia em algo novo, com roupagem moderna, associadas à democracia em oposição aos interesses contrários, vistos como forças antidemocráticas. Quem falava era parte dessa “lógica democrática”, pois o sujeito é componente do próprio enunciado, assim, mesmo formando milícias, reprimindo os movimentos sociais e defendendo a legalidade do latifúndio, as algumas elites rurais formam a União *Democrática* Ruralista. (Grifo nosso).

O MST surge ligado à CPT – Comissão Pastoral da Terra-, da Igreja Católica, influenciado pela Teologia da Libertação, que foi um dos mais significativos movimentos sociais dentro do catolicismo, com influência marxista, surgido na América Latina nos anos 1950. O pensamento era politicamente cristão, resquício do envolvimento de setores da Igreja



no combate aos governos militares, da luta pelos Direitos Humanos e, nesse outro momento, passa ao direito à terra, luta pela terra e democracia. A Igreja, ou melhor, alguns setores dela, cumpria esse papel de apoio às causas sociais desde o início da ditadura militar, fomentando movimentos sociais e partidos. Eram espaços crescentes nas rachaduras da Ditadura, mas também causadores destas fendas, relação biunívoca.

Durante os seus primeiros quatro anos o MST só cresceu e ganhou notoriedade, aumentando, inclusive, o número de assentamentos e instâncias reguladoras. A chamada Coordenação Nacional (CN) já foi instituída em 1985, como um órgão administrativo e centralizador, já que o movimento ganhara uma grande dimensão. No ano seguinte, 1986, também foi criada a Direção Política (DP), ainda sob influência das revoluções Soviética e Chinesa, mais especificamente as teorias de Lenin e Mao TseTung. A mais decisiva, porém, só surgiu em 1988: a Direção Nacional (DN), criada após a extinção da DP, justamente pelo acúmulo de poder e as fracassadas tentativas de contê-lo. A DN é a mais decisiva, aquela que concentra o poder de ação, das estratégias de ação, mas, na verdade, está submetida à CN, sendo parte constituinte dela. Essas instâncias tinham como função organizar ações e encaminhamentos burocráticos, como a DN e a DP, articular lideranças e órgãos do movimento, como a CN.

Assim, as criações e extinções desses órgãos deliberativos e burocráticos, inclusive os ligados às elites rurais, em contraposição, serão entendidas aqui como um processo de desenvolvimento da identidade política do MST ideológica³ e institucionalmente. Esse processo se dá pela constituição de novas forças políticas que emergem nos anos 1980, por um lado enterrando de vez a Ditadura e, por outro, sendo formada por este próprio enterro, em contraposição a ele. É certo que os militares fizeram, de certa forma, uma transição “lenta, gradual e segura”, como dito por Geisel, o que permite certas colocações de continuidade, acordos etc. Não é objetivo desse artigo analisar as minúcias desse processo, e sim colocar que as estruturas do governo militar ruíram no período estudado, com ou sem uma ruptura brusca.

O ESTADO PELA DIREITA: A UDR

Ainda no campo institucional agrário, dentro dos últimos anos militares da década de 1980, deve-se aqui destacar o I Plano Nacional de Reforma Agrária, o I PNRA, coordenado pelo então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, José Gomes da Silva. O Plano foi uma medida que visava realizar a reforma agrária, distribuir melhor as terras entre pequenos produtores agrícolas e suas famílias. Mesmo que não tenha

sido levado a cabo, esse plano reflete o quanto a pressão por reformas dentro da democracia resultaram em transformações (concessões?) do campo jurídico e político, fruto, no entanto, de conflitos diversos, seja dentro do próprio Estado, seja através dos movimentos sociais.

O resultado, porém, não era tão variante. O I PNRA serviu para conter os avanços efetivos da reforma agrária seguindo os interesses hegemônicos do novo bloco de poder, de suas instituições como Sociedade Rural Brasileira, de São Paulo, e a Sociedade Nacional de Agricultura, do Rio de Janeiro, ainda que estes interesses não sejam todos harmônicos e haja disputas entre si. Assim, como podemos observar nos próprios nomes, estas instituições buscavam uma hegemonia nacional e, justamente por isso, eram conflitantes.

Não cabe aqui esmiuçar o que seria esse grande bloco de poder, mas, grosso modo, colocar que ele era uma nova articulação política que envolvia concessões e enfraquecimentos dos militares governistas, partidos surgidos dessas forças com uma roupagem nova, como o PFL, e forças políticas novas ligadas aos anseios já expostos de democracia, como o PT e PDT. Assim, esse bloco tem interesses diversos, mas alguns se sobrepõem, não só pelas “demandas ideológicas”, mas pelas circunstâncias, que parece ser o caso do próprio I PNRA.

As sociedades patronais citadas encontram um caminho, ainda nos anos 1980, de desfragmentação. Em 1985 surgiu a UDR- União Democrática Ruralista, organização paralela à estrutura sindical oficial dos grandes proprietários de terra. Esse espaço pretende a união das vozes dissidentes das elites agrárias e suas agremiações, do fortalecimento de algo maior que elas: o interesse de classe, a defesa da propriedade privada. A UDR era “democrática” por que a democracia era o único caminho visível e viável para ir contra o próprio “tempo democrático” e seus crescentes perigos aos latifúndios e ao agronegócio.

As identidades se cruzaram, se conflitaram, se refizeram na linguagem. O latifúndio passou ao *agribusiness* e, posteriormente, ao agronegócio; isso por que os próprios latifundiários não eram mais apenas isso, mas se transformaram em empresários urbanos que compravam grandes lotes de terra e tinham negócios em diversas áreas. As novas formas de política latifundiária não se ocultaram, pelo contrário, se mostraram em toda sua potencialidade na linguagem, esta era parte da própria transformação que diversos autores colocaram como uma camada superficial moderna: “O latifúndio muda de nome, muda de forma, moderniza-se, mas na sua essência é a mesma fera peçonhenta que se une e se arma para conservar seu status, manter seus privilégios e continuar a oprimir o povo brasileiro”(STEDILE, 2006, p. 14-15). Havia uma vontade de se adequar a democracia, mas também havia uma vontade de explorar outros setores paralelos ao campo ou ligados a ele de

forma indireta. Linguagem, política, economia e identidade se imbricaram no fortalecimento da classe rural.

A UDR formou um espaço institucional das elites rurais que se sentiram excluídas dos novos projetos e agremiações tais como SRB e SNA, mas também porque tiveram interesses de classe ameaçados com o I PNRA, ainda que puramente no campo político oficial. Todas essas instâncias formaram um campo conflitivo institucional heterogêneo no qual se pode pensar o nascimento e identidade do MST.

O ESTADO PELA ESQUERDA: O MST

A ausência é um de seus elementos de identidade: ausência de terra, emprego e pleno usufruto da cidadania. Seu maior elemento identitário, porém, não se constitui de uma ausência, de um aspecto “negativo”, a própria falta de terra. Essa identidade, dentro do MST, só faz sentido a partir de uma presença, de um elemento “positivo”, a percepção do espaço enquanto território de disputa, em terra como elemento da luta de massas. A ideia de luta de massas é difundida em vários movimentos sociais como uma ampliação da luta de classes, da diversificação dos estratos sociais envolvidos. Pode ser entendido como uma vontade de renovação teórico-metodológica do marxismo clássico.

Assim, as particularidades, ou, como prefere Deleuze, as diferenças, são suprimidas em nome de uma análise que, ao elaborar teoricamente a realidade, a saber, pela cúpula do movimento, transforma uma percepção dita científica em elemento a ser subjetivado pelos acampados e assentados. As análises teóricas e o método de ação se confundem e formam um outro elemento ao serem subjetivados, que não pode ser pensado externamente, o elemento de identidade.

Antes de funcionar como referencial teórico que reflete o real, funciona também como elemento de identidade e serve como um centro imaginário, um olhar que transforma hectares em latifúndio não produtivo, miseráveis em sem-terra. Essa prática discursiva tem como base de sustentação a concentração de renda. Não é a aproximação ou não do real que sustenta a visão marxista do MST e sim sua funcionalidade. Ao atacar as análises ditas marxistas, parte da academia inverte a questão, produzindo uma disputa teórica vazia, como se os movimentos sociais partissem da lógica da própria academia, e desprezam outros elementos para sustentação de uma visão, inclusive no campo pragmático.

Ao absorver que não existiria uma realidade fora do discurso, o MST se fragmentaria, não teria mais uma identidade e objetivos calcados na ideia de representação do real e, justamente, por isso, o discurso de não representatividade do real fica, conscientemente



ou não, altamente politizado, com uma função intrínseca, neste caso, desconstrução do movimento pela via indireta de desconstrução de seu discurso, enfim, de sua identidade, asseguradora da *práxis* da apropriação. Em outras palavras, as ideias de luta de massas, direção coletiva, disciplina organizacional e vinculação são práticas discursivas essenciais à manutenção das próprias diferenças no MST por que estão ligadas, em última instância, à sobrevivência do movimento.

Assim, cada assentamento representa, por um lado, características próprias de subjetivação, modos peculiares de viver que, por outro lado, buscam uma unidade, uma continuação com uma espaço central territorializador⁴e que se quer hegemônico, notadamente marcado pela interferência direta da CN e DN.

Segundo Deleuze, alguns bandos, gangues, grupos marginais em geral, formam uma “máquina de guerra” que o tempo todo conjura o Estado a própria formação de um Estado, no caso dos grupos nômades primitivos. Estes “bandos” mantêm uma relação com o Estado de concorrência e competição, formando um campo de interação, sempre dentro destes ternos; não podem ser pensados como categorias independentes. Grupos como um corpo de *lobby* estão dentro do Estado, mas sempre o impedindo. O Estado é arborescente e centralizador enquanto a máquina de guerra é rizomática e dispersiva. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 11-110). Assim, o MST forma uma máquina de guerra ou é estrutura componente do Estado?

O MST não é um partido, mas se organiza em certa harmonia com o Estado, pois é uma organização que nasceu junto com as concepções vigentes deste Estado Nacional (Constituição Federal) e de seu atual governo (PT). Suas reivindicações são baseadas também no Estado comunista, ou, mais adequadamente, em uma esquerda de Estado, marxista, leninista. Por isso, o MST é Estado, ele o forma e atua dentro do seu campo de regra, dentro dos limites da democracia liberal, ainda que seja anti-neoliberal, que vá de encontro às privatizações e concentração do capital, por exemplo. Ele não é anti- Estado (qualquer que seja ele) pois está dentro do sistema que faz o Estado funcionar.

A nova esquerda não pretende nem um tipo de revolução, ou seja, não pretende eliminar o Estado e, nem sequer, substituí-lo. Sua mudança não é mudança de Estado, mas mudança de governo. A crise mundial do comunismo forçou revisões teóricas da esquerda socialista em todo mundo e, no caso de alguns países da América Latina, os que tiveram governos ditatoriais, como Argentina e Chile, esse processo se intensificou em um ponto específico: a associação do comunismo clássico com regimes ditatoriais, o que reforçou os anseios por democracia, por novas formas de se organizar, muitas delas, como vemos hoje, em harmonia com o capitalismo.

Esse conflito se dá, portanto, dentro da estrutura do espaço do Estado. O próprio estriamento do espaço, assim, é conflitivo; ele ocorre, por exemplo, nas disputas entre a UDR e os partidos em torno do “bloco PT”, nos enfrentamentos políticos da UDR, SNA e SRB com o MST etc. Assim ocorre um estriamento do espaço no qual absorve o espaço nômade dos assentamentos. A I PNRA, talvez, seja o maior exemplo desse espaço estriado, desse espaço do Estado que se formou em conflito e que continuará em conflito, mas com outra categoria espacial, a do espaço liso.

O movimento contrário também ocorre, isto é, o espaço estriado necessita do liso, pois o Estado pode precisar da máquina de guerra para ocupar um espaço medido. “É um espaço construído graças às operações locais com mudanças de direção (...) [portanto] o espaço liso é direcional e não métrico” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 185). Assim, esse espaço métrico, que é o estriado, aqui, sofre uma paradoxal ocupação por espaço liso, conflitante, no qual o espaço de dentro se conforma com o de fora (barco, iglu, tenda). Em outras palavras, no espaço estriado as linhas se subordinam aos pontos e no liso os pontos se subordinam as linhas (ao trajeto); mas o que pensar quando pontos de espaço liso adentram um espaço estriado, necessariamente estriado para que essa ocupação seja possível?

O MST é Estado. Mas Estado possuidor de uma máquina de guerra. Os assentamentos formam grupos dispersos, subversivos para a lei da propriedade privada e da democracia liberal. Os assentamentos não formam uma unidade, como querem as lideranças do MST, mas são braços seus que não se harmonizam com o Estado e com ele próprio enquanto Estado, são microestruturas que corroem as unidades e continuidades, sejam do Estado, do MST ou da democracia liberal. O MST é Estado porque trabalha para liberação de recursos através do governo, tendo, para isso, órgãos que estriam o espaço. Ele não surgiu como oposição ao próprio Estado, mas como parte de uma oposição à ditadura, que queria reformas democráticas, isto é, reformas do Estado e não uma sublevação contra sua existência.

O que ocorre é um movimento constante de apropriação por parte do Estado através de seus órgãos reguladores como o INCRA ou de identidade como o MST e, por parte dos assentados, de fuga, fuga por subjetivação. A subjetivação deve aqui ser diferenciada da subjetividade. Enquanto esta última corresponde a processos individuais, como uma experiência pessoal (ainda que relacionada com outras pessoas e processos sociais) a primeira diz respeito a apropriação e deslocamento de fatores sociais, culturais, econômicos, linguísticos e, mais apropriadamente neste caso, políticos.

Essa interação forma o próprio movimento dos sem-terra assentados, sem letra maiúscula, em situações diversas e dispersas, visto que cada assentado subjetiva as identidades do MST de forma diferente, e assim forma um movimento heterogêneo, constantemente saindo da seara do Estado, mas igualmente o subjetivando e sendo por ele escrito como unidade.

A unidade não se dá somente enquanto espaço, mas também enquanto tempo. Na verdade, é um espaço que desconhece as rupturas do tempo (ou quer desconhecer). A continuidade legitima a unidade. O sem-terra e o latifúndio sempre existiram, desde 1500, formam uma história do Brasil que resulta no MST que, por sua vez, deve por fim a estas estruturas; assim como a história da humanidade era a história de luta de classes, segundo Marx, e suas contradições resultariam na organização do proletário que também poria fim a sociedade desigual.

Mas seria injusto dizer que começamos ali [Cascavel, Paraná, 1984]. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiro indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. Como imaginar o Movimento Sem Terra hoje, sem o exemplo de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem Males. Ou da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos? Da indignação organizada de Contestado? Como imaginar nosso movimento sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra - Master. Por tudo isso, nos sentimos herdeiros e continuadores de suas lutas. (MST, 2012, p.01).

Assim o MST conta sua história em seu *site* oficial, ligada, inclusive a um território da nação projetado já em 1500. Toda a História do Brasil, essa história já solidificada no que diz respeito à seleção dos “fatos históricos” é (re)contada pelo Movimento, por João Pedro Stédille, José Rainha, enfim, pela própria cúpula, pelas instituições centralizadoras, como a DN e a CN. Eles representariam todos os sem-terra em uma longa caminhada para transformação do país, seriam “continuadores de suas lutas”, apagando as diferenças, ligando passado e presente para uma ruptura no futuro, ligando todos sem-terra para que não existam mais sem-terra. É o tempo escatológico herdado do marxismo e cristianismo.

FORA DO ESTADO: OS ASSENTAMENTOS (UMA CONCLUSÃO)

Os assentamentos se constituem como formas de uma nova esquerda, menos burocrática e centralizadora. Sendo assim, se apoiam na estrutura nacional do MST, mas sempre a subvertendo, pois os contextos de vivência (social, política, cultural e econômica) são diferentes em cada terra apropriada. A identidade do assentado é deslocada, passa por ele diversas identidades em constante transição, dependendo inclusive da situação. (HALL,

2006). Os assentamentos precisam desse Estado, desse espaço estriado para sua própria existência nômade, máquina de guerra que se prolifera e, por sua vez, esse Estado – o próprio MST enquanto cúpula, organização política- usa a máquina de guerra para a própria ocupação do espaço que estriou através, por exemplo, do INCRA.

Mas se a máquina de guerra ocupa o espaço liso e o Estado ocupa o espaço estriado, segundo Deleuze e Guattari, como os assentamentos enquanto máquina de guerra poderiam ocupar um espaço estriado do MST enquanto Estado? Na verdade, o que ocorre é que o espaço só é ocupado no campo de interação, onde os espaços se aproximam, mas não se confundem: o Estado estria o espaço, diz onde pode ser ocupado, através do INCRA, por exemplo; mas os assentamentos, que precisaram dessa autorização, desse estriamento do espaço, o ocupam como liso, porque não seguem o estriamento, porque rompem com o Movimento, porque desobedecem localmente as regras nacionais, porque as condições políticas econômicas e de subjetivação variam.

O Assentamento Rosário, por exemplo, possui características específicas. Ele surgiu em 1997, na cidade de Ceará Mirim, município do Rio Grande do Norte, como uma apropriação de terra, no caso, das fazendas Santa Maria, São Sebastião e Rosário, pertencentes à Construtora L. Gaspar, cujo sócio majoritário era Henrique Gaspar. Em 1997 as terras foram ocupadas por trinta e cinco famílias organizadas pelo MST e em 1998 o assentamento foi regulamentado pelo Decreto que determina o “ato de emissão de posse”. Nos anos seguintes à apropriação, 1998 e 1999, algumas famílias se rearticularam com outros grupos políticos de reforma agrária, ligados aos sindicatos locais como as famílias organizadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte – FETARN.

A ideia de unidade persiste mesmo diante da fragmentação na terra ocupada. Ela, pelo contrário, se fortalece diante das necessidades apresentadas e, por outro lado, se enfraquece no MST nacional. Ao ter vários movimentos dividindo a terra em constante fragmentação, o MST não vê o assentamento Rosário como um exemplo de unidade. Os documentos relativos ao Rio Grande do Norte da CPT e do período de apropriação e legalidade do Assentamento Rosário não o mencionam senão diluídos em dados referentes ao Rio Grande do Norte; é um silenciamento discursivo, que diz respeito aos direcionamentos políticos do Movimento e sua busca por unidade espacial caracterizada pela continuidade de seus acampamentos e assentamentos.

As normas são estabelecidas conforme uma tradição dos assentamentos e direcionamentos dos órgãos centralizadores do Movimento. “M”, trabalhador de 26 anos



acampado no Garavelo II, localizado na região agreste do Rio Grande do Norte e com 16 famílias habitantes da área, em entrevista, coloca:

Aqui (...) tem uma norma. Quando aqui, se você passou do limite, assim, tem uma desavença com um companheiro, essas... aqui não pode acontecer isso, aí nós, cada um faz por si, não acontecer isso, não ando bebendo prá... porque às vezes, o "caba", o caba civilizado, ele tando bom assim, aí toma uma pinga, você já não é aquela mesma pessoa. Eu procuro fazer isso, "mode" prá não aborrecer nossos companheiro aqui. (LEITE; DIMENSTEIN, 2004, p. 07)

Essa norma, ao ser subjetivada, também é transgredida em virtude das especificidades do lugar, da apropriação do espaço no sentido ceriteuniano e dos processos de subjetivação:

Tem uma cerca aí que a gente só pode entrar dela pra cá. Quando a gente vai pegar um... até lenha pra gente cozinhar, n/é? É uma dificuldade também, uma prioridade que a gente temos aqui porque nem entrar dentro da fazenda pra pegar lenha a gente não pode, n/é? E na hora que a gente vai pegar um pau de lenha pra gente cozinhar, que a gente é... é descoberto, que o gerente pega a gente, quando a gente pensa que não, o camburão já tá aqui, n/é? (LEITE; DIMENSTEIN, 2004, p. 12)

O espaço é o lugar praticado, como coloca Michel de Certeau. Os assentamentos constituem formas distintas daquilo que querem suas lideranças, a organização central do MST. O território é ocupado e nele se desenvolvem novas práticas no espaço que o transformam (CERTEAU, 2008), quando vivenciado pelos assentados. Os assentamentos desenvolvem vivências específicas, conflituosas, com resultados na própria política: subdivisões; aproximação com outros movimentos; ultrapassagem do limite da cerca; cooperativas paralelas, etc. Os indivíduos fazem e refazem o espaço ao ocupa-lo, ao caminhar por ele ou ao se assentar nele. Essa modificação do espaço, realizada pelos assentamentos, também corresponde às diferenças regionais do Brasil, suas diferenças sociais, econômicas e políticas. O Rio Grande do Norte não tem uma tradição política de esquerda, ou que se convencionou chamar de esquerda, como um governo do PT; também não é uma região muito industrializada, com grandes centros urbanos que favorecem a visibilidade, inclusive midiática (não necessariamente a favor) dos movimentos sociais. Não é o objetivo aqui detalhar as particularidades do Rio Grande do Norte nem seus desdobramentos, apenas ressaltar que, por existirem, provocam alterações várias no espaço dos assentamentos, sendo necessário um estudo mais profundo apenas com esses aspectos mais gerais.

Assim, ao nos aproximarmos de um assentamento, ou seja, ao usar uma escala menor da realidade, não teremos uma "amostra" do MST. Poderemos encontrar, como no Assentamento Rosário, determinadas particularidades que, ora dizem respeito às dinâmicas



locais, ora dizem respeito ao próprio Movimento como um todo, ora dizem respeito unicamente ao próprio assentamento e as formas como ele desenvolveu ou não uma solucionática para seus problemas. O importante é colocar que um assentamento estudado pode ser um estudo de caso, uma demonstração que, assim como ele, outros assentamentos não seguem um padrão. Se ele constitui exceção à regra é por que a regra, na verdade, por um lado, é que cada assentamento tem suas próprias regras e, por outro, não menos importante, todos desenvolvem uma forma de absorver e escapar da “estatização”, burocratização e criação de identidades, sejam elas através do marxismo, do cristianismo ou dos discursos midiáticos.

Por fim, percebemos que o campo de interação e disputa aqui colocado corresponde a uma crise da esquerda, mas talvez uma solução para ela. Essa forma de atrito com o capitalismo não se dá de forma linear, pois, por exemplo, o interesse no valor democrático no final dos anos 1980 não é, em absoluto, o mesmo no final da década de 1990, quando a democracia liberal está em crise. Era o fim de uma outra utopia, a liberal, assim como 1989 foi o fim da utopia comunista, como compara Slavoj Žižek. Também não é o mesmo que no final da década 2000, com o PT no governo federal. Os assentamentos do MST podem ser entendidos como componente de uma relação de forças no final da ditadura, um conflito dentro de um espaço estriado, com órgãos do próprio MST e das elites rurais, que se segue na formação de um campo interativo, não menos conflitivo, com um espaço liso, onde ocorrem os assentamentos e acampamentos e as subjetivações das normas do espaço estriado; espaço em construção, identidade incompleta e deslocada, mas, principalmente, forma de resistência ao capitalismo, não só concentrador de capital, mas, como vê Guattari, territorializador de subjetividades. (GUATTARI, 1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano I*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F.. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.5. 2 ed. São Paulo: Editora34, 1996. v.5.
- GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. *O partido tardio dos trabalhadores* in: D'INCAO, M. A. (org) *O Brasil não é mais aquele...Mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTELLI, H.. *Gramsci e o bloco histórico*.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, João Pedro (Org). *A questão agrária no Brasil*,Vol. 5 (1964-1990). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ZiZÊK, Slavoj. (Org) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FONTES

Conflitos no Campo Brasil in www.cpt.org.com

Entrevistas com trabalhadores do acampamento Agrave II in:LEITE, Jader Ferreira, DIMENSTEIN, Magda. *O MST e a produção de subjetividade*. Artigo, 2004.

Nossa História in www.mst.org.com

Revista Veja. Edição 1549. Abril: 03 de Junho de 1998.

OLIVEIRA, Edmundo. *O caso Assentamento Rosário*. Instituto de Desenvolvimento de Estudos Econômicos Sociais e Políticos – IDESP.

Notas

¹ Os conceitos de direita e esquerda serão usados aqui como categorias amplas e ligadas ao contexto brasileiro da década de 1980, que ora se aproximam inclusive, mas com diferenciações. A esquerda se identifica, grosso modo, com o questionamento da propriedade privada e fortalecimento do Estado como provedor principal dos direitos sociais, e a direita, por sua vez, com a defesa do livre mercado, a ideia de “meritocracia”, baseada na concepção de que os ganhos salariais correspondem, em certa medida, ao grau de esforço e competência, e na defesa de uma “máquina enxuta”, um Estado enfraquecido. Isso ficou mais claro nos anos 1990, com o neoliberalismo.

² Antonio Gramsci foi um teórico marxista italiano. Sua contribuição mais conhecida foi o desenvolvimento conceitual do chamado “Bloco Histórico”, cuja função seria refletir as profundas ligações entre infra e a superestrutura, conceitos do marxismo clássico. Isso resultou em uma valorização da ideologia e um olhar voltado para outras formas de combater a hegemonia burguesa além da luta armada direta, o que abriu uma perspectiva de ampliação das lutas sociais além dos partidos e dos tradicionais intelectuais. Influenciou profundamente a esquerda brasileira nas últimas década do século XX: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder.

³ O conceito de ideologia aqui advém de SlavojZizek e diz respeito a um corpo explicativo “naturalizado”, disseminado na sociedade, de normas e hábitos que devem ou não ser seguidos. A ideia pressupõe um conceito forte de classe que, embora considerado neste artigo, será relativizado e fragmentado, conforme, neste caso, as ideias de Stuart Hall.

⁴ Mesmo considerando que o Estado (a CN e a DN serão consideradas aqui um espaço estriado do Estado, como veremos) não é territorial e sim desterritorializante, ele produz reterritorializações, inclusive sobre a propriedade. Além disso o espaço liso é mais potencialmente desterritorializador que o estriado. DELEUZE, G. e GUATTARI, F.. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.5. 2 ed. São Paulo: Editora34, 1996, p. 151-154, 224-226, 187.